

O PROBLEMA NO ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS: A FUNÇÃO SOCIAL DAS CEASAS

Luiz Felipe Wassmansdorf¹;
Giancarla Salamoni²;

¹*Universidade Federal de Pelotas – lfw.geo@gmail.com*
²*Universidade Federal de Pelotas – gi.salamoni@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

O acesso ao alimento permanece, no mundo contemporâneo, um problema social ainda não solucionado. Atualmente, em vários países, ditos em desenvolvimento, encontra-se um número expressivo de pessoas em situação de vulnerabilidade nutricional ou mesmo sem acesso a qualquer tipo de alimentação minimamente adequada – em alguns casos sem acesso à água. Em seu último Relatório “El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2017 – biénio 2014/16”, a FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - aponta que 10,7% da população mundial encontra-se em estado de alimentação inadequada, tanto em quantidade quanto em qualidade. Tal situação é agravada em países aonde há má distribuição de renda. No Brasil, país que possui condições climáticas, territoriais e tecnológicas para uma agricultura de autossuficiência e ainda de exportação, a má alimentação e a fome encontram-se presentes para 2,5% da população – apesar de menor que os 4,5% de biénio 2004/06 (FAO, 2017).

Historicamente, um dos principais fatores para o expressivo número de mal alimentados no mundo encontra-se no processo de distribuição da produção agroindustrial, que por sua deficiência, ocasiona o desperdício de alimentos. Estima-se perdas, segundo a FAO (2012, p. 2) que “[...] chegam a 1.3 bilhões de toneladas por ano – cerca de um terço da produção mundial de alimentos [...]”, problema, apontado pela FAO, que é político econômico (2017, p.14):

[...] La situación también ha empeorado en algunos entornos pacíficos, sobre todo aquellos afectados por la desaceleración económica. Una serie de países que dependen en gran medida de las exportaciones de productos básicos ha sufrido una drástica disminución de sus ingresos fiscales y de las exportaciones en los últimos años. Como consecuencia, la disponibilidad de alimentos se ha visto afectada por la menor capacidad de importación, y el acceso a los alimentos se ha visto deteriorado debido en parte a la reducción de las posibilidades que ofrecen las políticas fiscales para proteger a los hogares pobres frente al alza de los precios internos de los alimentos. (FAO, 2017, p.14)

Diante da importância da agricultura e do abastecimento de alimentos para o desenvolvimento social e econômico do Brasil, a evolução histórica das políticas públicas, inspiradas e co-elaboradas pela FAO, foram adotadas para aprimorar o controle de produção e escoamento interno e externo de produtos agrícolas.

2. METODOLOGIA

A estruturação teórico-metodológica do trabalho busca fundamentar-se na construção histórica das organizações e políticas públicas mundiais, nacionais e regionais que modelam a produção e consumo de alimentos aplicadas a realidade

brasileira, com um enfoque em estudo de caso no município de Pelotas, pertencente a mesorregião Sudeste Rio-Grandense. Busca ainda caracterizar consumidores, produtores e as políticas federais, estaduais e municipais. Cabe ressaltar, que este trabalho é uma pesquisa em andamento que converge para a elaboração de trabalho de conclusão do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pelotas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No triênio de 1968-1970, o PED (Programa Estratégico de Desenvolvimento) buscou, segundo a CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil), “[...] apresentar um diagnóstico do desenvolvimento da economia brasileira do imediato pós-guerra até 1967 [...]”, que direcionou “[...] políticas “monetária e de mercado de capitais: tarifária, cambial e de comércio exterior, salarial, de distribuição de renda etc...; [...]”. A constituição do SINAC (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento) em 1972, sob coordenação da empresa oficial do governo federal COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos), atual CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) advém da constatação, via PED, da necessidade de estabelecer a construção e extensão de centrais de abastecimento de produtos hortigranjeiros, pescados e outros perecíveis, nas capitais e principais cidades de cada estado.

Vale lembrar que o pensamento de centrais de abastecimento no Brasil é iniciada pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) já em 1960, que desenvolveu, apoiado por técnicos franceses convidados pelo então superintendente Celso Furtado, um projeto que garantisse o abastecimento de alimentos em cidades do Nordeste. Projeto este, inspirado em modelos já existentes em outros países integrantes da FAO. Em ordem cronológica, foram criadas as CEASAS do Nordeste (1963), São Paulo (1969), Rio de Janeiro (1970), Minas Gerais e Ceará (1971), Paraná, Rio Grande do Sul e Pará (1973) e Goiás (1974).

Logo nos primeiros anos de SINAC, observa-se uma melhoria na organização da comercialização de hortigranjeiros, via centralização de mercados atacadistas, orientados por diretrizes federais junto ao COBAL. Com a extinção do SINAC (1987), acaba o regimento feito pelo governo federal e são estadualizadas e municipalizadas às 21 CEASAS e 34 mercados atacadistas existentes. Cita-se, como forma de entender a alteração de regimento, o caso da CEASA-PR, que em 1990:

[...]Após assumir o comando da CEASA/PR, o Governo Estadual promoveu a alteração do seu estatuto social, incluindo a possibilidade da empresa comprar, vender, transportar e distribuir gêneros alimentícios básicos, no desenvolvimento de programas sociais, desde que em sintonia com a política governamental. (CEASA-PR, 2017)

Essa alteração é importante na aplicação de programas afirmativos que procuram fomentar as necessidades básicas da sociedade, procurando preservar os mecanismos de mercado, preservando as características locais e regionais. Ao governo federal, através da CONAB via orientação do Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), cabe o papel de acompanhar a trajetória da produção agrícola do país, desde o planejamento do plantio até à mesa do consumidor.

Principal fornecedor interno (via ceasas, mercados atacadistas e no contato direto com o consumidor via feiras públicas), a agricultura familiar produz, segundo dados de 2015, 70% dos alimentos que abastecem o campo e as

cidades, afirmando assim, a importância de políticas afirmativas que garantam, com segurança aos agricultores e ao mercado, um planejamento de plantio que garanta, sobretudo, um preço acessível ao consumidor final.

A discussão encontra-se em entender o papel das CEASAS e seus mercados atacadistas associados que, segundo Cunha (2006):

O histórico recente da evolução institucional do setor aponta movimentos contraditórios, cujos efeitos sobre o papel do segmento atacadista ainda não são claros. Do ponto de vista teórico e normativo, há essencialmente falta de clareza das instâncias governamentais e dos órgãos de coordenação setorial sobre qual é o papel das Ceasas e para onde devem se orientar suas ações. (CUNHA, 2006, p. 40)

Por serem espaços de regulação normativa, acabam estabelecendo padrões universais das CEASAS, como horário de funcionamento, embalagens, informações úteis, estratégias. Porém, por sua economia ser mista, sofre influência do capital privado, empresas gestoras, ambiente institucional, mercados, concessionários, produtores, criando assim, um complexo desenvolvimento das aplicações e entendimentos por todos os agentes as normas instituídas.

Outra problemática é a compreensão, principalmente pela sociedade civil consumidora, dos valores numéricos dos lucros empresariais. O concepção desse lucro é necessário para entender o quanto é valorizado o valor de trabalho do produtor, que em suma é a agricultor familiar. Importante também entender que esse bem público é lotado de informações privilegiadas e estratégicas, que influenciam a organização do sistema de abastecimento, e estranhamente, todas essas acessadas pelo setor empresarial.

No que se diz respeito ao acesso dos agricultores familiares(agricultores que não produzem em grande escala e agroecológicos), existe a possibilidade de mercado direto com atacadistas e domiciliares (mercados particulares), pois estes podem acessar os alimentos sem precisar de atravessadores (mercado atacadista), garantindo assim um melhor preço final para os produtos agrícolas .

4. CONCLUSÕES

Conclui-se, assim, a necessidade de um levantamento rigoroso e detalhado, junto a ACHP (Associação dos Comerciantes de Hortifrutigranjeiros de Pelotas), CAPA (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia), e diretamente com agricultores familiares, a fim de mapear a atual situação do município de Pelotas. Procurando, assim, entender as dinâmicas do escoamento da produção agrícola do município, a qualidade e quantidade do produto produzido pelo agricultor familiar e as relações com o consumidor final.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEASA-PR. **Institucional - Histórico.** Acessado em 02 Outubro. 2017. Online. Disponível em: <http://www.ceasa.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>

CUNHA, A. R. A. A. **Dimensões estratégicas e dilemas das Centrais de Abastecimento no Brasil.** Acessado em 02 Outubro. 2017. Online. Disponível em: <http://www.ceasa.gov.br/dados/publicacao/pub14.pdf>

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo.** Roma, 2017. Acessado em 02 Out. 2017. Online. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-l7695e.pdf>

FGV - CPDOC. **PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO (PED).** Acessado em 02 Out. 2017. Online. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-estrategico-de-desenvolvimento-ped>

ONU Brasil. **Rio+20: O Futuro que Queremos: fatos sobre alimentação.** Rio de Janeiro, 2012. Acessado em 02 de Out. 2017. Online . Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/alimentacao.pdf>